



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004309-59.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
 Requerente: **ANTONIO SÉRGIO AMBRÓSIO**
 Requerido: **AIRTON GARCIA FERREIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido contratado pelo réu para promover inserções de material de divulgação em sua campanha para eleger-se Deputado Estadual.

Alegou ainda que do preço ajustado (R\$ 7.000,00) recebeu somente a metade (R\$ 3.500,00), de sorte que almeja à condenação do réu ao pagamento do valor remanescente, devidamente atualizado.

Já o réu em contestação negou a dinâmica apresentada pelo autor, salientando que quitou integralmente a dívida decorrente da prestação dos serviços em pauta e que por isso nada mais lhe devia.

Assim posta a questão controvertida, conclui-se que tocava ao autor demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na forma do art. 373, inc. I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ele, porém, não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus porque não amealhou sequer indícios que conferissem verossimilhança à sua explicação.

Nesse sentido, é certo que o relato exordial está desacompanhado de prova documental que o respaldasse, a exemplo da réplica de fls. 92/93.

O autor foi então instado a esclarecer se desejava produzir novas provas, com a observação de que em caso de silêncio se reputaria o desinteresse a propósito (fl. 103), mas permaneceu inerte (fl. 109).

O quadro delineado conduz à rejeição da postulação vestibular.

Isso porque diante da contestação ofertada pelo réu deveria o autor patentear que a contratação levada a cabo se deu no preço que mencionou na inicial, até mesmo por prova oral, mas nada disso foi coligido aos autos.

Conclui-se, pois, que à míngua de lastro minimamente sólido o pleito do autor não vinga.

Já no que concerne ao pedido contraposto formulado pelo réu, desdobra-se em dois aspectos, a saber: (1) o ressarcimento dos danos morais que sofreu em virtude de ofensas assacadas pelo autor e (2) a condenação do mesmo a entregar a nota fiscal correspondente aos serviços prestados.

O primeiro deles não pode prosperar porque não se funda nos mesmos fatos que constituem o objeto da lide e sim em ofensas que teriam sido feitas pelo autor ao réu por intermédio de redes sociais.

Independentemente de emitir juízo de valor a esse respeito, é inegável que o tema extravasa o âmbito da ação demarcado pelo relato inicial, acrescentando-lhe dados, o que em última análise importa a violação à regra do art. 31, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95.

Outra será a solução para o segundo aspecto do pedido contraposto.

Ele está em consonância com o referido dispositivo legal, atinando a obrigação que guarda intrínseca ligação com os fatos descritos pelo autor.

Ademais, como este em momento algum negou que não tivesse procedido à entrega da nota fiscal correspondente aos serviços prestados ao réu, sua condenação a tanto é de rigor, mesmo porque sua obrigação no particular é indubitosa.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE EM PARTE o pedido contraposto** para condenar o autor a entregar ao réu no prazo máximo de dez dias a nota fiscal correspondente aos serviços de sete publicações tratados nos autos no importe de R\$ 3.500,00, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 1.000,00 (um mil reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo réu, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o autor pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**